



Ata da Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do AM/ 2025.

1
2
3
4
5 Às nove horas da manhã do dia quinze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e
6 cinco, reuniram-se em reunião **ORDINÁRIA**, na sala de reuniões do Conselho
7 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/AM, presidida pela
8 presidente do Conselho Amanda Cristina Gomes Ferreira. **PRESENTES:** Amanda
9 Cristina Gomes Ferreira – **IACAS**; Izys Maria Rodrigues dos Santos – **IACAS**; Jane
10 de Souza Nagaoka – **SES**; Tereza Celeste Freire de Moura Pangaio- **SEAS**; Roberto
11 Said de Oliveira – **SEFAZ**; Everaldo Ramos dos Santos – **SEC**; Viviani Niceia Noronha
12 – **SSP**; Margarete Lopes Rocha Torres – **CÁRITAS**; Sílvia Maria Soares Porto –
13 **PAMEM**; Maura de Jesus Pantoja Medina – **VIDA ALEGRE**; Janiel Oliveira Cundes
14 – **MCVE**. **FALTA JUSTIFICADA:** Márcia Maria de Souza Miranda – **PAMEM**; Neila
15 Regina- **VIDA ALEGRE**. **ADOLESCENTE CPA:** Pedro Felipe Dias Soares –
16 **CÁRITAS**.

17 **Da pauta constou-se:** A presidente do Conselho Amanda Cristina inicia a quinta
18 reunião Ordinária do CEDCA/2025 desejando um bom dia a todos os presentes,
19 dando início a pauta: **a) 18 de maio:** A presidente Amanda – IACAS, apresentou
20 informações sobre o ato do Dia 18 de maio que acontecerá das 7 às 11 horas da manhã
21 na ponta negra e discutiu a necessidade de um representante do CPA para o evento. O
22 adolescente Pedro Felipe – CÁRITAS, aponta sua indisponibilidade nesta data pois irá a
23 um evento em Brasília para a mesma finalidade. A vice-presidente Alcione – SEDUC,
24 sugeriu a participação da adolescente Lucíola Toledo, por ser de Manaus e ter facilidade
25 de locomoção com a mãe. A comissão ficou responsável por essa tratativa. Continuando,
26 a presidente pontuou sobre o seminário comemorativo da campanha 18 de maio, que
27 ocorrerá em junho, nos dias 4, 5 e 6 que contará com a participação do Ministério da
28 Saúde. A presidente comunicou que já tem 35 municípios inscritos. E no interior, o grande
29 embate é de estarem fazendo a salinha de escuta dentro do CREAS, do CRAS ou dentro
30 do Conselho Tutelar. Por conta disso, foi colocada uma mesa só para falar a respeito de
31 depoimentos e o que está escrito na lei 13.431/2017 que sistematizou, pela primeira vez
32 os institutos da escuta especializada e do depoimento especial. O seminário abordará a
33 lei de proteção, depoimentos especiais, boas práticas (como vigilância epidemiológica e
34 notificações), pesquisas sobre violência sexual, exploração e violências com o SUS e
35 UFAM, depois terá uma fala nacional que é a fala do representante do Comitê do



36 EQUIPATE, para falar sobre o Panorama Nacional da Questão da Violência Sexual no
37 Brasil, trazendo assim dados, informações e avanços na saúde, na segurança pública e
38 no judiciário. A presidente pontuou a inclusão de uma mesa sobre masculinidade, pois
39 compreendeu-se que a abordagem deve incluir a fala com os homens, visto o aumento
40 da violência. E logo depois dessa fala da masculinidade, será a palestra da delegada
41 Joyce Coelho – SSP, falando dos adolescentes quando cometem violência e quando
42 comete abuso. E o conselho traz essa fala porque a delegada Joyce – SSP, tem feito
43 muita apreensão de adolescentes, meninos que estão cometendo violência sexual contra
44 a crianças e contra próprios adolescentes. E é preciso assumir o caráter que a violência
45 contra a criança e adolescente ou na verdade a violência sexual aumentou no Brasil, seja
46 por criança, por adolescente e com mulher, aumentou absurdamente. Então por isso
47 enquanto Conselho e Sociedade Civil, é preciso trazer essa mesa sobre masculinidade.
48 O terceiro dia será dedicado ao cuidado na saúde, desde a notificação até o atendimento
49 de agravos, buscando sensibilizar profissionais da atenção básica (UBS). Foi
50 providenciado que para esse seminário, que viesse três pessoas do Ministério da Saúde,
51 todas as coordenadoras da política da infância, tanto política da criança e da política do
52 adolescente. Sendo seus principais focos a questão da notificação das violências e os
53 atendimentos sobre a violência sexual. Então, será um dia inteiro voltado para o cuidado
54 da saúde. No meio delas, foi incluída a Dra. Zélia Campos – coordenadora do SAVVIS,
55 porque é preciso fazer uma sensibilização sobre a questão da saúde para um
56 atendimento, com um olhar mais direcionado para as violências que chegam até as UBS,
57 pois existem violências que chegam e não tem um direcionamento adequado o que acaba
58 resultando a óbito, e mais tarde que se chega as informações sobre o caso se foi de
59 espancamento ou torturas. A presidente Amanda – IACAS, põe como exemplo o caso da
60 criança que queimou a mão e depois foi descoberto que não foi acidentalmente, e sim
61 que a mãe corrigiu queimando a mão porque a criança pegou em alguma moeda. A
62 presidente diz: *“Então, por conta de coisas como essa, pensamos no momento de
63 sensibilizar quem atende a quem chega esses cuidados para começar a fazer notificação
64 sobre esses dados para que isso venha a ser mais transparente”*. Seguindo para a
65 segunda pauta a respeito: **b) Atendimento Humanizado para Aborto Legal:** A
66 presidente Amanda – IACAS, relatou um caso envolvendo uma adolescente de 12 anos,
67 vítima de estupro, que teve dificuldade para realizar um aborto legal no Instituto da Mulher
68 Dona Lindu. A presidente relatou que a menina, veio regularizada do município de
69 Parintins com leito garantido, mas teve a internação negada no sábado sob o argumento
70 da diretora de que não se internava para aborto legal no fim de semana; a qual tratava-



71 se de uma "prática" sem base em portaria nenhuma. A Dra. Zélia Campos estava em
72 plantão fez de tudo para internar a menina, e diretora mandou a menina para uma ala
73 onde ficam as mães de partos prematuros, e nesse mesmo dia teve a maior chuva em
74 Manaus. Este fato foi classificado como violência institucional, somando-se à violência
75 sexual já sofrida. E a presidente do Conselho relatou que ao saber dessa situação em
76 seguida ligou para as autoridades. A situação exigiu intervenção de autoridades como a
77 da Desembargadora Dra. Joana Meirelles, para que a internação fosse liberada no
78 domingo. Foi ressaltado o risco de expiração do prazo legal para o procedimento do
79 aborto legal. Diante deste e de outros casos parecidos, **foi proposta a elaboração de**
80 **uma resolução pelo Conselho Estadual para manifestar posicionamento e**
81 **determinar a prioridade absoluta no atendimento de aborto legal para casos de**
82 **estupro de vulnerável. A resolução buscaria estabelecer procedimentos claros, prazos**
83 **de atendimento e responsabilidades institucionais.** A presidente Amanda – IACAS,
84 encaminhou à pauta para a Comissão de Políticas Públicas para a elaboração da redação
85 da resolução, e em seguida da redação já escrita, encaminhar novamente para o
86 Conselho para sua aprovação, A presidente põe em deliberação e **TODOS**
87 **CONCORDAM com a elaboração de uma resolução. c) O que houver: Situação da**
88 **Gestão dos Fetos Provenientes de Aborto Legal:** A conselheira Viviani Niceia – SSP,
89 trouxe a pauta a respeito da situação irregular na Maternidade Ana Braga referente ao
90 descarte de fetos de aborto legal, contrastando com outras maternidades que os
91 preservam. O procedimento para confronto de DNA no IML exige que a vítima solicite uma
92 requisição na DEPCA após o aborto. Foi mencionado o problema de superlotação de
93 freezers com fetos (alguns desde 2019) na Maternidade Dona Lindu, aguardando
94 solicitação judicial para coleta de DNA. O conselho **Propõe elaborar uma segunda**
95 **resolução ou recomendação à Secretaria de Saúde para normatizar o procedimento**
96 **para fetos de aborto de crianças e adolescentes, incluindo preservação, comunicação**
97 **direta hospital-polícia/IML para coleta e confronto de DNA, e definição de tempo de**
98 **guarda. Este assunto deverá ser integrado à discussão da construção do fluxo do Centro**
99 **Integrado, envolvendo IML e Delegacia.** Pois tem que padronizar todos os serviços
100 através da resolução determinar para a Secretaria de Saúde regularize está situação dos
101 fetos dos abortos de crianças e adolescentes, Amanda – IACAS, solicita que o conselho
102 mande o ofício para a Secretaria de Saúde se adiantar, para que a secretária titular,
103 encaminhe esse processo para a pasta competente que seja feito esse procedimento.
104 Ademais, a assessoria jurídica terá que convocar todos os SAVVIS para uma roda de
105 conversa, para que se crie o melhor procedimento para se tomar. A conselheira Jane –



106 SES, abordou a necessidade de um canal de denúncia que fosse ligado diretamente ao
107 conselho para que se desse materialidade as denúncias, e que o conselho peça que as
108 ouvidorias das instituições de saúde, caso houver alguma situação de violação de direito
109 de criança e adolescente por parte da instituição que notifique ao Conselho para que todos
110 fiquem cientes. A presidente Amanda – IACAS, ressaltou que essa competência não cabe
111 ao Conselho. E exemplificou a questão do Conselho Tutelar, que mesmo se um
112 conselheiro tutelar comete uma violência institucional ou lhe deixa de cumprir, não é da
113 competência do CEDCA, fazer o acompanhamento da sindicância dele, por ser a
114 competência do CMDCA. Ao conselho tentar fazer isso ele fere seus limites enquanto
115 Conselho Estadual. O limite do Conselho existe, por isso existe os conselhos municipais,
116 para que cada lugar faça o controle, sendo o acompanhamento desse atendimento
117 local/municipal. Então cada CMDCA tem a obrigação de abrir uma sindicância, de
118 acompanhar, de penalizar o conselheiro. Não é a do Conselho Estadual. Tudo que o
119 conselho pode fazer, é talvez acionar o CMDCA. A presidente Amanda – IACAS, pontuou
120 que houve o caso também que o CMDCA estava prejudicando uma ONG, e compete ao
121 Conselho entrar em contato com o CMDCA para que o CMDCA faça o papel dele, que é
122 fazer o acompanhamento da instituição e não prejudicar a instituição. O que realmente
123 compete ao conselho é a elaboração das resoluções e das recomendações para a
124 Sociedade. E a cada denúncia que chega para o Conselho como casos de violência
125 institucional, principalmente, sendo assim encaminhar ao Ministério Público por ter uma
126 coordenadoria apenas para denúncias e promotores legais para essa finalidade. A
127 secretária executiva do conselho falou que recebe uma vez ou outra denúncias no e-mail
128 do CEDCA, como por exemplo questão de Itacoatiara, que foi repassada para todos do
129 colegiado, principalmente aos membros da comissão de políticas públicas. Então ao
130 chegar denúncias no e-mail ou no WhatsApp, a secretária executiva Heloyse – CEDCA
131 repassará a todos do colegiado, pontuou também que o conselho tem dois e-mails ativos,
132 além do WhatsApp. A conselheira Jane – SES *sugeriu que o conselho tenha todas as*
133 *denúncias listadas num no banco de dados do CEDCA, para que se tenha tudo registrado.*
134 Para casos de questionamentos, tenham ciência que o Conselho encaminhou de tais
135 formas específicas, para que o CEDCA tenha um respaldo que esteja fazendo isso. A
136 presidente Amanda – IACAS, dá o encaminhamento dessa pauta que é a resolução e a
137 denúncia. *O conselho faz a denúncia e formaliza ao Ministério Público sobre a prática das*
138 *violências institucionais que vêm acontecendo em relação ao aborto legal de crianças e*
139 *adolescente a partir dessa do relato desta criança, dessa adolescente agora e pedindo*
140 *providência pro Ministério Público. Ademais, o conselho faz uma resolução com*



141 *recomendações para a prioridade absoluta nos casos de aborto legal que vem de*
142 *adolescente. E a comissão de Políticas Públicas, fica responsável pela questão da*
143 *normatização ou o fluxo da questão dos fetos do aborto legal de crianças e adolescentes*
144 *que estão nas maternidades. Deu-se início a terceira pauta da quinta reunião ordinária:*
145 **C) Obra e construção do Fluxo do Centro Integrado:** A presidente Amanda – IACAS,
146 pontuou que a inauguração do Centro Integrado foi adiada. E relatou uma visita de
147 inspeção onde o Promotor Rodrigo de Miranda Leão, que questionou a porta de entrada
148 ser a delegacia, defendendo que fosse a saúde. A presidente ressaltou que a posição
149 majoritária é que a lei estabelece a delegacia como porta de entrada e que a construção
150 é coletiva e adaptada à realidade local. O Centro é visto como um "condomínio" onde
151 múltiplos serviços (polícia, saúde, judiciário, psicossocial, etc.) devem operar de forma
152 integrada. Neste mesmo dia foi confirmado que a terceira vara (infância e juventude) será
153 instalada dentro do Centro Integrado, com Ministério Público e Defensoria Pública.
154 Ressaltou-se a necessidade de garantir que a Defensoria represente as vítimas e não os
155 abusadores, abrangendo aspectos criminais e cíveis (guarda, medidas protetivas).
156 Discutiu-se a dificuldade em obter prioridade judicial para casos cíveis protetivos e a
157 preocupação com o deslocamento da equipe técnica psicossocial do Tribunal para fora
158 do juizado. **Foi sugerido solicitar reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça**
159 **para abordar a prioridade dos casos e a localização da equipe técnica.** A presidente
160 Amanda Cristina – IACAS, informou que a consultoria vai reunir-se com o Conselho no
161 dia 26 de maio de 2025, com todos que fazem parte do Centro Integrado e de todos que
162 queiram participar, por ser importante que todos do Conselho participe para entender
163 aquilo e defender. A presidente pontuou que o local, a alimentação, isso tudo vai ser por
164 conta da UNICEF, dia 26 de maio no horário da manhã seguido para o dia inteiro. E depois
165 a apresentação no dia 9 de junho de 2025. A construção do fluxo envolverá consultoria,
166 visitas a todas as instituições participantes, oficinas coletivas para definir papéis, redação
167 conjunta do fluxo, aprovação pelo Conselho e envio à Assembleia para se tornar lei. A
168 ideia inicial da consultoria de redigir o fluxo sozinha foi rejeitada em favor de um processo
169 coletivo. Relatou-se que o CREAS foi inicialmente incluído no projeto, mas removido. Foi
170 detalhada a necessidade de mover a DEPCA para contêineres para a obra, enfrentando
171 problemas na instalação (fiação, esgoto) e com a obtenção de materiais, que acabou
172 sendo suprida pela empresa construtora devido a atrasos de pagamento. As celas na
173 localização atual da DEPCA estão em mau estado e não fazem parte da reforma do
174 Centro. **d) Obra e construção do Fluxo do Centro Integrado:** O conselheiro Roberto –
175 SEFAZ, pontuou que a obra, embora com progresso, enfrenta atrasos nos pagamentos à



176 construtora, atribuídos a trâmites burocráticos na UGPE/SEJUSC. E o conselheiro
177 Roberto – SEFAZ, afirmou que a obra já foi executada quase 80% e a empresa
178 construtora não recebeu nem 40%. E o conselho tendo o dinheiro em caixa, tendo sido
179 aprovado, tendo sido já fiscalizado pelos fiscais, que são os engenheiros. Mas, mesmo a
180 UGPE tendo muita demanda, o conselho afirma que o Centro Integrado e a causa da
181 Infância deveria ser a prioridade absoluta, O conselheiro Roberto – SEFAZ, explicou que
182 esse aditivo é como se fosse posterior. Deve ser pago primeiro no Conselho para depois
183 pagar o aditivo. Primeiro o Conselho aprova, depois faz. A conselheira Viviani – SSP,
184 abordou que dentro dessas operações, o pessoal da delegacia terão que fazer a mudança
185 para o contêiner da Delegacia da Mulher. Sendo quatro contêineres que foram dois
186 fornecidos dois pelo Bruno, dono da obra e dois pela SSP. Esses imprevistos de
187 necessidade de desmobilização da DEPCA, tem acontecido porque a SEJUSC mudou o
188 que o Conselho deliberou, porque a deliberação aqui era que para a DEPCA fosse
189 alugado uma quantidade de contêiner que ficasse ali torno da DEPCA e os serviços
190 ficariam no mesmo lugar, no contêiner do lado de fora, de forma que não prejudicasse o
191 serviço, mas que continuasse no lugar. A Conselheira Viviani – SSP, pontua que houve a
192 necessidade de ajeitar as tomadas, e menciona que a própria SSP que fez. E só faltou a
193 tinta e afiação para ligar o contêiner. A SSP não deu afiação e nem o esgoto dos
194 contêineres. Ademais, a empresa que deu o material. O conselheiro Roberto Said –
195 SEFAZ, deu ciência do seu diálogo com o Bruno dono da empresa, que o ligou e falou:
196 "Roberto, agiliza meu pagamento". (...) "Cara, é, eu já estou sufocado, tenta ver se
197 consegue andar o processo". O conselheiro abordou que vão pagar hoje (15/05/25). Para
198 entrar com a fatura amanhã (16/05/25). Para terça-feira (20/05/25) estar na conta dele.
199 Mas uma e as outras não. Mas aí o principal que vai dar o gás para ele é o termo aditivo,
200 vai entrar em vigor no próximo mês (junho), e o pessoal da obra só conseguem fazer algo
201 depois do aditivo. Sendo o aditivo de 800 mil reais. O último pagamento de aditivo foi de
202 200.000 mil reais. Identificada a necessidade de aprovar um termo aditivo para cobrir os
203 custos dos materiais utilizados na estrutura temporária da DEPCA. Foi relatada
204 dificuldade em obter a prestação de contas completa do fundo da obra, incluindo todos os
205 aditivos, por parte do responsável da UGPE/SEJUSC. **Foi deliberada a convocação de**
206 **uma reunião extraordinária dedicada às finanças, solicitando a presença do**
207 **responsável pelas finanças da SEJUSC o senhor Edivan Pereira** e a apresentação
208 imediata da documentação completa e correta (ênfatisa a necessidade de enviar uma
209 nota técnica que justifique todos os aditivos. Esta nota deve apresentar uma
210 justificativa clara e a planilha de itens que acompanham o aditivo, apurando o valor



211 do rendimento mensal da doação fornecendo para o conselho com a data de corte).
212 Envio da planilha do aditivo e a nota técnica, para possível comunicação ao Ministério
213 Público do Trabalho. A urgência na resolução das questões financeiras foi enfatizada pela
214 proximidade da mudança do Procurador Geral em julho. Discutiu-se a forma de garantir
215 recursos para a manutenção contínua do Centro, com preferência por inclusão em
216 programa de governo (rubrica específica) em vez de depender de emendas
217 parlamentares anuais. **Foi proposta a aprovação do termo aditivo referente aos**
218 **materiais da DEPCA**, mas ressaltando a necessidade de formalização, justificativa e
219 obtenção de autorização do financiador (Ministério Público - MP) antes da aprovação
220 formal pelo Conselho, visando transparência e respaldo em auditorias. A presidente
221 Amanda – IACAS, relatou depois que se empenha deve ser executado na ordem certa
222 das coisas, que é fazer e construir. Depois que é construído, é emitido a nota e é entregue
223 para a Secretaria pagar. Para ela pagar, ela deve ir no local medir e conferir se foi tudo
224 feito. A ordem é essa. As solicitações da SEJUSC, estão chegando muito tarde no
225 Conselho. *E todas as coisas que a SEJUSC está fazendo, ou falando que irá fazer ou*
226 *deixar de fazer são apenas coisas verbais* quando a Secretaria saber que precisa ser tudo
227 formalizado e documentado devidamente. A conselheira Viviani – SSP, volta a falar a
228 respeito do cabo flexível de 4 mm cor preta, é uma peça só. Aí tem 18 L de tinta, dois
229 latões, três latões. Então aqui também é uns 500 reais. O cabo de 10 mm, uma peça,
230 cabo PP 316. 100 m, conector perfurante, capa 3 80 m. O conselheiro Roberto – SEFAZ,
231 dá a possibilidade de um valor de 30.000 mil reais ao todo, a presidente Amanda – IACAS,
232 menciona a necessidade de colocar isso de forma transparente e pedir do financiador
233 isso para que se tenha um respaldo. Para que o Conselho aprove é necessário que seja
234 solicitado o documentado de tudo que foi entregue com os valores para poder ser
235 aprovado. Em seguida é encaminhado, com autorização por ser algo fora Centro
236 Integrado, com a finalidade somente de dar suporte. **e) Apresentação e prestação de**
237 **Contas do Centro Integrado:** Foi informado sobre o afastamento da coordenadora
238 estadual do SAVVIS (Gisele) por motivos de saúde mental e o impacto na equipe do Ciclo
239 de Vida, que está absorvendo suas responsabilidades. A equipe enfrenta desafios devido
240 à sobrecarga, falta de pessoal e necessidade de se familiarizar com os procedimentos
241 específicos do SAVVIS. Há apoio das secretarias, mas a equipe precisa estruturar os
242 protocolos. **Foi sugerido aproveitar a reunião com o Ministério da Saúde para discutir**
243 **a inclusão de hospitais particulares no fluxo de atendimento de violência sexual e**
244 **elaborar recomendações/resolução sobre o tema. F) Resolução de nomeação da**
245 **coordenação do SIPIA:** Proposta de resolução simples para formalizar Talíssia Batista



246 como coordenadora do SIPIA. Com um modelo de Goiás, para colocar no grupo para
247 todos aprovarem para ser encaminhado ao CONANDA para sua formalização. **Lei:**
248 Mencionado que a lei se encontra na SEFAZ. **Convites:** 1. Palestra sobre gravidez na
249 adolescência (AADESAM) convidando uma pessoa para representar o CEDCA – A
250 conselheira Jane Nagaoka – SES ficou como responsável; 2. Reunião de Monitoramento
251 da Operação Caminhos Seguros na CICC, dia 16/05/25 às 9h30min da manhã – ficou
252 como responsável para participar a conselheira Margarete Lopes – CARITAS; 3. Convite
253 Evento do 18 de maio na Ponta Negra para que todos do Conselho participem; 4. Evento
254 do Cabo Maciel contra violência sexual no dia 21/05 as 9 horas da manhã. Conflitos de
255 datas com outros eventos foram mencionados. 5. **Reunião Ampliada do CONANDA:**
256 Reunião ampliada online em 27/05/2025 de 14h as 16 horas. 6. Programa Família
257 Acolhedora: A Dra. Romina solicitou uma pauta do Conselho para que seja apresentada
258 o Programa Família Acolhedora, pois os municípios não estão entendendo o Programa,
259 e ela quer o entendimento do Conselho a respeito do Programa para que todos consigam
260 compreender e levar esse entendimento aos municípios do Amazonas. **INFORMES:** 1. A
261 conselheira Margarete – CARITAS, pede a fala para dar uma proposta a respeito da
262 Emenda do Centro Integrado, a proposta e de não somente falar com algumas pessoas,
263 mas sim marcar diretamente com o *Roberto Cidade* para que ele como presidente
264 proponha uma emenda coletiva. **TODOS CONCORDAM** para marcar a Reunião. 2. **Dia**
265 **Mundial Sem Tabaco:** A conselheira Jane – SES, Expos que no dia 31 de Maio que o
266 Dia Mundial Sem Tabaco, a SES por meio da coordenação Estadual da Apologia e da
267 Coordenação Estadual de combate ao Tabagismo será feito uma grande Ação na Vila
268 olímpica no dia 31/05/2025, e a Secretaria pediu o apoio do Conselho para convidar todas
269 as organizações da Sociedade Civil que trabalham com adolescentes, jovens e crianças
270 que será feita múltiplas atividades nesse dia focando no combate ao cigarro eletrônico
271 entre adolescentes e inibir o uso desses cigarros aos adolescentes. 3. **Educação e**
272 **Crianças com Autismo:** Levantada a questão da falta de mediadores nas escolas
273 municipais e estaduais para as crianças autistas, e as listas de espera das mães que vão
274 as Secretarias, sendo que existe uma Lei que diz que a cada 3 crianças com autismo
275 deve ter um mediador em sala de aula, havendo o absurdo os professores terem que
276 fazer esse papel, porque existe a dificuldade de ter 5 a 6 crianças com autismo e mais 30
277 alunos dentro de sala de aula sem nenhum mediador. Há a necessidade cobrar tanto da
278 SEDUC quanto da SEMEDI. A presidente do conselho Amanda – IACAS, propôs incluir o
279 tema como pauta de discussão ampla na próxima reunião. **ENCAMINHAMENTOS:** 1.
280 **Elaboração de Resolução sobre Aborto Legal:** A Comissão de Políticas Públicas ficou

281 responsável por redigir a resolução sobre prioridade absoluta no atendimento de aborto
282 legal. 2. **Reunião Extraordinária sobre Finanças:** Convocada para a última semana de
283 maio, com o responsável pela prestação de contas da UGPE/SEJUSC, para
284 apresentação e discussão da documentação financeira da obra. 3. **Contato com**
285 **Presidência do TJ:** Buscar contato com o Presidente do Tribunal de Justiça para tratar
286 da prioridade em casos cíveis/protetivos e da equipe técnica psicossocial. 4. **Busca por**
287 **Rubrica Orçamentária:** Buscar apoio na Assembleia Legislativa (Presidência) e no
288 Executivo para inclusão de rubrica específica para o Centro Integrado em programa de
289 governo. 5. **Termo aditivo de desmobilização da DEPCA:** Formalizar a solicitação e
290 justificativa para aprovação do termo aditivo dos materiais da DEPCA, buscando
291 autorização do financiador (MP) antes da aprovação formal pelo Conselho. 6. **Reunião**
292 **com Ministério da Saúde:** Aproveitar a reunião com o Ministério da Saúde para discutir
293 a inclusão de hospitais particulares no fluxo de atendimento de violência sexual e elaborar
294 recomendações. 7. **Reunião Extraordinária sobre Finanças:** Prevista para a última
295 semana de maio, data a ser definida conforme agenda da Procuradora Dra. Alzira. A
296 presidente Amanda Cristina Gomes Ferreira (IACAS) agradece a participação de
297 todos e nada mais a ser tratado dar-se por encerrada a quinta reunião ordinária do
298 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/AM.